

**A. I. N°** - 156494.0017/07-9  
**AUTUADO** - METALÚRGICA DFERRO LTDA.  
**AUTUANTE** - AILTON REIS SANTOS  
**ORIGEM** - IFMT NORTE  
**INTERNET** - 12/05/2008

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF N° 0124-03/08**

**EMENTA:** ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Restou comprovado que parte do imposto exigido no presente lançamento já foi objeto de cobrança em Auto de Infração anteriormente lavrado contra o autuado. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 03/09/2007, refere-se à exigência de R\$3.350,00 de ICMS, acrescido da multa de 50%, por falta de recolhimento do imposto nos prazos regulamentares, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime SIMBAHIA, no período de fevereiro a novembro de 2004 e novembro de 2006.

O autuado apresentou impugnação à fl. 15, alegando que os meses de fevereiro a novembro de 2004 já foram objeto de fiscalização anterior, tendo sido lavrado o Auto de Infração de número 129655.0012/04-7, pelo Auditor Fiscal Enock Bastos Borges. Reconhece o débito no valor de R\$540,00 referente aos meses de abril de 2004 e novembro de 2006. Pede a procedência parcial do presente Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal à fl. 23 dos autos, diz que acata as alegações defensivas, considerando que no montante originalmente reclamado constam débitos que já foram motivo de autuação anterior e por isso, devem ser deduzidos do valor reclamado no presente PAF. Informa que após a dedução desses valores já autuados, o débito do contribuinte fica reduzido para R\$540,00, correspondente aos meses de abril de 2004 e novembro de 2006. Finaliza, pedindo a retificação do valor originalmente exigido, cobrando apenas o que é devido pelo sujeito passivo.

À fl. 25 do PAF, o autuado foi intimado para tomar conhecimento da informação fiscal prestada pelo autuante, constando na própria intimação a comprovação assinada pelo representante do contribuinte, de que recebeu cópia da mencionada informação fiscal. Decorrido o prazo concedido (dez dias), o defendente não se manifestou.

Consta à fl. 27, extrato SIGAT relativo ao pagamento do montante de R\$540,00, correspondente aos meses de abril de 2004 e novembro de 2006.

#### **VOTO**

O presente Auto de Infração trata de exigência de ICMS, tendo em vista que foi constatada a falta pagamento do imposto nos prazos regulamentares, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração (SIMBAHIA), referente ao período de fevereiro a novembro de 2004 e novembro de 2006.

Considerando a alegação defensiva de que, exceto os meses de abril de 2004 e novembro de 2006 os demais já foram objeto de fiscalização anterior, tendo sido lavrado o Auto de Infração de número 129655.0012/04-7, o autuante acatou o argumento defensivo, esclarecendo que após a dedução dos valores já autuados, o débito do contribuinte fica reduzido para R\$540,00, correspondente aos meses reconhecidos pelo defendente.

Acato as conclusões apresentadas pelo autuante em sua informação fiscal, pedindo a retificação do valor originalmente exigido, tendo em vista que está comprovada a alegação defensiva, sendo devido pelo sujeito passivo, somente o imposto relativo aos meses de abril de 2004 e novembro de 2006, totalizando R\$540,00, o que já foi recolhido pelo sujeito passivo.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologado o valor recolhido.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **156494.0017/07-9**, lavrado contra **METALÚRGICA DFERRO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$540,00**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, inciso I, alínea “b”, item 3, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de abril de 2008

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR